

IADES

INSTITUTO AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

500 questões gabaritadas
Praticando



CÓD: SL-045MA-23
7908433236016

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática	43
3. Raciocínio Lógico	59
4. Direito Constitucional	67
5. Direito Administrativo	79
6. Direito Penal	99
7. Direito Processual Penal	103
8. Direito Civil	107
9. Direito Processual Civil	115
10. Administração Geral	123

sistemas.

(E) Sons agudos ou graves são exemplos de propriedades segmentais.

4. IADES - PROF (UNDF)/UNDF/LETRAS/ESPANHOL/2022

Assunto: Formação e Estrutura das palavras

Texto 4 para responder à questão.

Bom era ouvir o mom das vacas devendo seu leite. Mas, passarinho de bilo no desvéu da madrugada, para toda tristeza que o pensamento da gente quer, ele repergunta e finge resposta. Tal, de tarde, o bento-vieira tresvoava, em vai sobrevem sob, rebicando de voo todo bichinhozinho de finas asas; pássaro esperto. Ia dechover mais em mais. Tardinha que enche as árvores de cigarras – então, não chove. Assovios que fechavam o dia: o papa-banana, o azulejo, a garricha-do-brejo, o suiriri, o sabiá-ponga, o grunhatá-do-coqueiro... Eu estava todo o tempo quase com Diadorim. Diadorim e eu, nós dois. A gente dava passeios. Com assim, a gente se diferenciava dos outros – porque jagunço não é muito de conversa continuada nem de amizades estreitas: abem eles se misturam e desmisturam, de acaso. De nós dois juntos, ninguém nada não falava. Tinham a boa prudência. Dissesse um, caçoasse, digo – podia morrer. Se acostumavam de ver a gente parmente. Que nem mais maldavam.

ROSA, Guimarães. Grande sertão veredas. São Paulo: Nova Aguilar, 1994.

O prefixo no vocábulo “desmisturam” tem sentido equivalente ao de

- (A) desafastar.
- (B) desinfieliz.
- (C) deslavar.Q
- (D) despelar.
- (E) destrancar.

5. IADES - PROF (UNDF)/UNDF/LETRAS/ESPANHOL/2022

Assunto: Formação e Estrutura das palavras

Texto 4 para responder à questão.

Bom era ouvir o mom das vacas devendo seu leite. Mas, passarinho de bilo no desvéu da madrugada, para toda tristeza que o pensamento da gente quer, ele repergunta e finge resposta. Tal, de tarde, o bento-vieira tresvoava, em vai sobrevem sob, rebicando de voo todo bichinhozinho de finas asas; pássaro esperto. Ia dechover mais em mais. Tardinha que enche as árvores de cigarras – então, não chove. Assovios que fechavam o dia: o papa-banana, o azulejo, a garricha-do-brejo, o suiriri, o sabiá-

ponga, o grunhatá-do-coqueiro... Eu estava todo o tempo quase com Diadorim. Diadorim e eu, nós dois. A gente dava passeios. Com assim, a gente se diferenciava dos outros – porque jagunço não é muito de conversa continuada nem de amizades estreitas: abem eles se misturam e desmisturam, de acaso. De nós dois juntos, ninguém nada não falava. Tinham a boa prudência. Dissesse um, caçoasse, digo – podia morrer. Se acostumavam de ver a gente parmente. Que nem mais maldavam.

ROSA, Guimarães. Grande sertão veredas. São Paulo: Nova Aguilar, 1994.

No que se refere ao processo de formação de palavras na língua portuguesa e aos seus usos no texto apresentado, assinale a alternativa correta.

- (A) A expressão “parmente” é formada por derivação composicional.
- (B) O uso de dois sufixos em “bichinhozinho” intensifica a semântica de grau do vocábulo bichinho.
- (C) O sentido do prefixo “re-” em “repergunta” é o mesmo que em reservar.
- (D) No texto, o vocábulo “parmente” se comporta como um advérbio de intensidade.
- (E) O vocábulo “maldavam” é formado pelo mesmo processo que gatosa.

6. IADES - PROF (UNDF)/UNDF/LETRAS/PORTUGUÊS/2022

Assunto: Formação e Estrutura das palavras

Com relação às mudanças históricas que originaram palavras em português, assinale a alternativa correta.

- (A) A adição de segmento no início da palavra, como em “lembrar” e “alembiar”, é denominada paragoge.
- (B) Em “amor” (latim) e “amor”, ocorre o fenômeno denominado apócope.
- (C) Em “ante” (latim) e “antes”, há o fenômeno de adição conhecido como prótese.
- (D) Em “male” (latim) e “mal”, há o fenômeno conhecido como paragoge.
- (E) Em “semper” (latim) e “sempre”, há o fenômeno conhecido como apócope.

7. IADES - PROF (UNDF)/UNDF/LINGUÍSTICA/2022

Assunto: Formação e Estrutura das palavras

Em relação aos alomorfes, assinale a alternativa correta.

- (A) O “in” em “incrível” e o “i” em “ilegal” constituem a mesma forma de diferentes morfemas.
- (B) O conjunto de configurações fonéticas que representam o mesmo morfema são seus alomorfes.

6. IADES - TEC ENF (SEASTER PA)/SEASTER PA/2019

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

Maria toma o remédio para a pressão a cada 8 horas, e o da diabetes a cada 6 horas. Se ela ingerir ambos às 12 h de hoje, quantas horas depois ela tomará os dois remédios juntos novamente?

- (A) 6
- (B) 14
- (C) 12
- (D) 8
- (E) 24

7. IADES - AG FISC (CAU MT)/CAU MT/2019

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

João é um estudante de matemática e, por curiosidade, resolveu fatorar o número 920, de modo a encontrar todos os divisores positivos desse número. Ele fez a mesma coisa com o número 4.900. Percebeu que havia uma quantidade igual a N de divisores comuns a ambos os números. Verificou também que existiam M divisores que dividiam apenas um dos números, ou seja, dividiam somente o 920 ou, caso contrário, apenas o 4.900. Assim, João calculou o valor do módulo da diferença entre N e M.

Com base no exposto, é correto afirmar que esse valor é igual a

- (A) 43.
- (B) 310.
- (C) 25.
- (D) 3.980.
- (E) 6.

8. IADES - QUI (CFQ)/CFQ/ÊNFASE EM QUÍMICA FUNDAMENTAL E APLICADA/2021

Assunto: Frações e dízimas periódicas

Suponha que, entre os membros da Câmara Técnica de Petróleo e Gás (CMPTG) de determinado Conselho Regional de Química (CRQ), a razão entre o número de homens

e mulheres é $\frac{5}{11}$. Qual é a fração do total dos membros da CMPTG que representa o número de mulheres?

- (A) $\frac{5}{16}$
- (B) $\frac{16}{11}$

(C) $\frac{7}{16}$

(D) $\frac{7}{11}$

(E) $\frac{11}{16}$

9. IADES - ARQ URB (CAU MS)/CAU MS/2021

Assunto: Frações e dízimas periódicas

Sabe-se que, entre os 20 arquitetos que fazem parte do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), um quarto são homens e três quartos de todos os conselheiros (homens e mulheres) têm mais de 30 anos de idade. Entre as mulheres, um terço tem menos de 30 anos. Quantos homens do CAU/BR têm mais de 30 anos?

- (A) 4
- (B) 2
- (C) 5
- (D) 1
- (E) 3

10. IADES - CONT (CRF RO)/CRF RO/2019

Assunto: Frações e dízimas periódicas

Suponha que, na Comissão de Farmácia Comunitária e Hospitalar do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Rondônia, a razão entre o número de homens e o número

de mulheres é $\frac{5}{7}$. Quanto ao exposto, é correto afirmar

que a fração do total de membros da Comissão de Farmácia Comunitária e Hospitalar que representa o número de mulheres é igual a

(A) $\frac{12}{7}$

(B) $\frac{7}{12}$

(C) $\frac{7}{5}$

(D) $\frac{11}{12}$

(E) $\frac{5}{12}$

6. IADES - SOLD (PM PA)/PM PA/FEMININO/2021
Assunto: Tabela verdade das proposições compostas

Considere as seguintes proposições:

p: J.B. é soldado PM.

q: B.J. é cabo PM.

Se ambas as proposições, p e q, têm valor lógico verdadeiro, qual das proposições a seguir tem valor lógico verdadeiro?

- (A) Se J.B. não é soldado PM, então B.J. é cabo PM.
- (B) J.B. é soldado PM e B.J. não é cabo PM.
- (C) Se J.B. é soldado PM, então B.J. não é cabo PM.
- (D) J.B. não é soldado PM ou B.J. não é cabo PM.
- (E) J.B. não é soldado PM e B.J. não é cabo PM.

7. IADES - AUX ADM (CAU AC)/CAU AC/2019

Assunto: Tabela verdade das proposições compostas

p	q	$\sim q$	$p \vee \sim q$	$\sim(p \vee \sim q)$
V	V			
V	F			
F	V			
F	F			

Para construir a tabela verdade da proposição $\sim(p \vee \sim q)$, um estudante montou o quadro apresentado.

Ao se preencher completamente e **corretamente** a tabela, o número de F encontrado na última coluna é igual a

- (A) 1.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 0.
- (E) 2.

8. IADES - ANA FISC (CAU AC)/CAU AC/ARQUITETO E URBANISTA/2019

Assunto: Tabela verdade das proposições compostas

Considere as seguintes proposições:

A: O número 10 é ímpar;

B: A raiz quadrada de 16 é um número inteiro.

Com base no exposto, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A conjunção entre as duas proposições tem valor lógico verdade.
- (B) A disjunção entre as duas proposições tem valor lógico falso.
- (C) A condicional entre as duas proposições tem valor lógico verdade.
- (D) A bicondicional entre as duas proposições tem valor lógico verdade.

(E) A negação de ambas as proposições tem valor lógico falso.

9. IADES - CONT (CRF RO)/CRF RO/2019

Assunto: Tabela verdade das proposições compostas

Considere as proposições a seguir.

p: O perito é contador.

q: O jovem é técnico em contabilidade.

Se as proposições p e q têm valor lógico verdadeiro, então a proposição que tem valor lógico verdadeiro é a seguinte:

- (A) se o perito é contador, então o jovem não é técnico em contabilidade.
- (B) O perito não é contador e o jovem é técnico em contabilidade.
- (C) O perito não é contador se, e somente se, o jovem não é técnico de contabilidade.
- (D) O perito não é contador ou o jovem não é técnico em contabilidade.
- (E) O perito é contador e o jovem não é técnico em contabilidade.

10. IADES - SOLD (PM PA)/PM PA/MASCULINO/2021

Assunto: Tautologia, contradição e contingência

Considere a seguinte proposição: no dia de Natal, o SD PM J. B. estará de serviço ou não estará de serviço. Do ponto de vista da lógica sentencial, a proposição apresentada é

- (A) uma contingência.
- (B) uma contradição.
- (C) um silogismo.
- (D) uma tautologia.
- (E) uma equivalência.

11. IADES - GPPGG (SEPLAD DF)/SEPLAD DF/ADMINISTRAÇÃO/2023

Assunto: Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Considerando a proposição composta “Se Pedro é gestor de políticas públicas, então Paulo é analista de políticas públicas”, assinale a alternativa que apresenta a negação dessa proposição.

- (A) Pedro não é gestor de políticas públicas ou Paulo é analista de políticas públicas.
- (B) Pedro é gestor de políticas públicas e Paulo não é analista de políticas públicas.
- (C) Se Pedro não é gestor de políticas públicas, então

6. IADES - PST (CAU MS)/CAU MS/2021

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Em conformidade com o texto constitucional de 1988, assinale a alternativa que corresponde a objetivo(s) fundamental(is) da República Federativa do Brasil.

- (A) Erradicar a pobreza e a marginalização, bem como reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (B) Assegurar a prevalência dos direitos humanos.
- (C) Primar pela autodeterminação dos povos.
- (D) Garantir a igualdade entre os Estados soberanos.
- (E) Promover o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

7. IADES - PST (CAU MS)/CAU MS/2021

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Segundo previsão expressa no texto constitucional de 1988, é (são) princípio(s) fundamental(is) da República Federativa do Brasil a (o)

- (A) igualdade entre homens e mulheres.
- (B) pluralismo político e a autodeterminação dos povos.
- (C) soberania e a cidadania.
- (D) garantia do desenvolvimento nacional.
- (E) defesa nacional e a manutenção da paz.

8. IADES - ADFA (SEAGRI DF)/SEAGRI DF/ADMINISTRADOR/2023

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Quanto aos direitos e às garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) É assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida a proteção aos locais de culto e às suas liturgias. A violação da liberdade de consciência e de crença é autorizada nos casos previstos em lei.
- (B) Ninguém será submetido a tortura e nem a tratamento desumano ou degradante, salvo nos casos de ataques terroristas.
- (C) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- (D) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, permitida a censura ou a licença em casos específicos.
- (E) A criação de associações e de cooperativas na forma da lei depende de autorização e é permitida a interferência estatal em seu funcionamento.

9. IADES - ADFA (SEAGRI DF)/SEAGRI DF/DIREITO E LEGISLAÇÃO/2023

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- (B) É assegurado o direito de resposta proporcional ao agravo, porém sem direito à indenização por dano material, moral ou à imagem.
- (C) A casa é asilo inviolável do indivíduo, e ninguém pode nela penetrar sem consentimento do morador, nem em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, até mesmo por determinação judicial.
- (D) É assegurado a todos o acesso à informação, vedado o sigilo da fonte, inclusive quando necessário ao exercício profissional.
- (E) Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, de publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros por tempo indeterminado.

10. IADES - TDFA (SEAGRI DF)/SEAGRI DF/AGENTE ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) Atendidas as qualificações profissionais, o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão necessita de autorização do Estado.
- (B) Aos que comprovarem insuficiência de recursos, o Estado prestará assistência jurídica parcial e cobrará remuneração módica.
- (C) As entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicialmente ou extrajudicialmente, sem necessidade de autorização expressa.
- (D) Nos termos da lei, é assegurado o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
- (E) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá fazer uso de propriedade particular, sem que o proprietário tenha direito a qualquer tipo de indenização ulterior, mesmo em caso de dano.

(C) A competência, como elemento caracterizador do sujeito ativo do ato administrativo, impõe a variação em grau, em razão de alguma especialização funcional, que seja acaso exigida para a prática de certos atos.

(D) A análise para se constatar o desvio de finalidade pressupõe, necessariamente, o exame do fim previsto explicitamente no elemento da competência.

(E) A teoria dos motivos determinantes, na qual há a vinculação dos atos administrativos à respectiva fundamentação, ainda que tais atos sejam discricionários, decorreu do aperfeiçoamento da obrigatoriedade da motivação insculpida na Constituição Federal de 1988.

5. IADES - ASS LEG (ALEGO)/ALEGO/POLICIAL LEGISLATIVO/2019

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

Os seguintes são requisitos do ato administrativo:

(A) simetria, adaptação, liberdade e autonomia.

(B) legalidade, autoridade e eficiência.

(C) modicidade, publicidade e conteúdo.

(D) moralidade, anterioridade e hierarquia.

(E) competência, finalidade, forma, motivo e objeto.

6. IADES - AUX ADM (CAU AC)/CAU AC/2019

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

Assinale a alternativa que apresenta corretamente os requisitos de validade ou elementos dos atos administrativos.

(A) Motivação, finalidade, competência e discricionariedade.

(B) Competência, finalidade, motivo, tipicidade e imperatividade.

(C) Presunção de legalidade, autoexecutoriedade, tipicidade e imperatividade.

(D) Presunção de legalidade, autoexecutoriedade, motivo e competência.

(E) Finalidade, forma, competência, objeto e motivo.

7. IADES - AG SGPE (DGAP GO)/DGAP GO/2019

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

J. F. C. e L. C. O., agentes de segurança prisional recém-empossados, receberam ofício da Vara Criminal do Tribunal de Justiça local, situado em Goiânia/GO, para que seja providenciada a escolta de C. M. V., detento que se

encontra no estabelecimento prisional de Catalão/GO. Preocupado com o tempo para o deslocamento, J. F. C. "convenceu" L. C. O. a levar o detento C. M. V. o quanto antes, sem a autorização da chefia imediata, responsável legal pela confecção da guia de traslado do detento, elaborando ele mesmo a guia. Nesse contexto, o ato administrativo contém vício de

(A) competência.

(B) conteúdo.

(C) forma.

(D) finalidade.

(E) estrutura.

8. IADES - ASS ADM (CAU MT)/CAU MT/2019

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

Quanto aos elementos do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

(A) Competência representa a habilidade técnica e o zelo com que se pratica o ato administrativo.

(B) Motivo é o resultado que se pretende alcançar com a prática do ato.

(C) Forma é a materialização de como o ato se apresenta, que, em regra, deve ser escrito e motivado.

(D) Objeto é a justificativa, por escrito, que ampara a existência do ato praticado.

(E) Finalidade trata do poder conferido a determinados agentes públicos para a prática do ato.

9. IADES - ASS ADM (CRF TO)/CRF TO/2019

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

Assinale a alternativa que apresenta um dos requisitos do ato administrativo, necessário para o respectivo aperfeiçoamento e para a produção de efeitos jurídicos válidos.

(A) Competência

(B) Veracidade

(C) Imperatividade

(D) Legitimidade

(E) Legalidade

do Código Penal) e de violação de domicílio (art. 150 do Código Penal), em concurso material.

(D) deveria responder apenas pela contravenção penal de perturbação do trabalho ou do sossego alheios (art. 42 do Decreto-lei no 3.688/1941).

(E) não deveria responder por crime nenhum, diante do princípio da insignificância.

5. IADES - PROF (UNDF)/UNDF/DIREITO PÚBLICO E PRIVADO/2022

Assunto: Princípio da Territorialidade

Richard, norte-americano, capitão de uma embarcação privada de bandeira norte-americana, é vítima de um homicídio praticado por Bento, brasileiro, dentro do aludido barco que se encontrava navegando a 10 milhas da costa brasileira.

Assinale a alternativa que indica a legislação a ser aplicada ao caso hipotético descrito.

(A) Lei Penal do Estados Unidos da América (EUA), já que a embarcação estava em alto-mar.

(B) Lei Penal brasileira, visto que a embarcação é brasileira.

(C) Lei Penal brasileira, porque a embarcação estava em alto-mar.

(D) Lei Penal dos EUA, uma vez que a embarcação é privada.

(E) Lei Penal brasileira, pois a embarcação estava no mar territorial brasileiro.

6. IADES - SOLD (PM PA)/PM PA/FEMININO/2021

Assunto: Princípio da Territorialidade

No que concerne à lei penal no espaço, é correto afirmar que o Código Penal brasileiro adotou, expressamente, como regra, em sua parte geral, o princípio da

(A) territorialidade, segundo o qual se aplica a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.

(B) extraterritorialidade incondicionada, segundo o qual ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a administração pública brasileira, por quem esteja a seu serviço ou mesmo em viagem turística.

(C) extraterritorialidade incondicionada, segundo o qual ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou a liberdade do presidente da República, mas apenas se o agente

entrar no território nacional.

(D) extraterritorialidade incondicionada, segundo o qual fica sujeito à lei brasileira, embora cometido no estrangeiro, o crime de genocídio, seja o agente brasileiro ou domiciliado no Brasil, desde que não tenha sido absolvido no exterior.

(E) extraterritorialidade condicionada, segundo o qual ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados por não caracterizarem fato criminoso.

7. IADES - ALUN OF (PM PA)/PM PA/2021

Assunto: Princípio da Extraterritorialidade

Considere hipoteticamente que um funcionário público brasileiro, cometeu, em país estrangeiro, um crime contra a administração pública brasileira, enquanto estava no exercício das respectivas funções. No que se refere à lei penal no espaço, é correto afirmar que o servidor responderá pelo crime praticado, segundo a legislação brasileira, em razão da aplicação do princípio da

(A) territorialidade.

(B) extraterritorialidade condicionada, dependendo, entretanto, de requisição do ministro da Justiça.

(C) extraterritorialidade condicionada, dependendo, no entanto, do seu ingresso no território nacional.

(D) extraterritorialidade incondicionada, sendo irrelevante o fato de ter sido absolvido ou condenado em país estrangeiro.

(E) extraterritorialidade condicionada, dependendo, contudo, da existência de acordo ou de tratado de extradição.

8. IADES - ALUN OF (PM PA)/PM PA/2021

Assunto: Erro de Tipo

Um motorista, ao procurar o seu automóvel em um estacionamento público, ingressou, por descuido, em um veículo idêntico ao dele, cujo dispositivo de destravamento das portas havia sido acionado pelo verdadeiro proprietário, que se dirigia ao respectivo veículo e, ao perceber a situação, gritou e chamou a atenção de uma viatura da polícia militar que passava pelo local, a qual efetuou a prisão em flagrante do motorista. Considerando apenas os fatos narrados nesse caso hipotético, é correto afirmar que o motorista incorreu em um (uma)

(A) arrependimento posterior.

(B) erro de proibição.

(A) Os elementos de informação, em que pese sejam colhidos na fase de investigação, possuem valor probatório absoluto no processo penal, quando inexistir outro elemento de prova que possa servir de convicção ao juízo.

(B) Os elementos de informação, colhidos na fase inquisitorial, jamais serão admitidos como base de convicção jurisdicional.

(C) Levando-se em consideração que os elementos de informação quanto à autoria e à materialidade do delito não são colhidos sob a égide do contraditório e da ampla defesa, deduz-se que o inquérito policial tem valor probatório relativo.

(D) Os elementos do inquérito não podem influir na formação do livre convencimento do juiz para a decisão da causa, mesmo quando complementam outros indícios e provas que passam pelo crivo do contraditório em juízo.

(E) Não há o que se falar em produção de elementos de informação em inquérito policial, sem que haja ir-restrito respeito à ampla defesa e ao contraditório.

6. IADES - SOLD (PM DF)/PM DF/COMBATENTE/2018
Assunto: Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

No que se refere à notitia criminis e à delatio criminis no inquérito policial em crimes de ação penal pública incondicionada, assinale a alternativa correta.

(A) Notitia criminis indireta é verificada quando o próprio delegado investiga, por qualquer meio, e descobre um fato-crime, devendo apurá-lo.

(B) Delatio criminis inquisitorial intercorre quando o próprio juiz procede à investigação.

(C) Notitia criminis direta acontece quando a vítima provoca a atuação do delegado, bem como quando o promotor ou juiz requisitam tal atuação.

(D) Delatio criminis ocorre quando qualquer pessoa do povo comunica à autoridade policial, ou membro do Ministério Público, ou juiz, acerca da ocorrência da infração penal.

(E) Delatio criminis indireta cumpre-se quando a autoridade policial investiga, por qualquer meio, e descobre um fato-crime, devendo apurá-lo.

7. IADES - SOLD (PM PA)/PM PA/MASCULINO/2021
Assunto: Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Com relação à ação penal e a suas espécies, assinale a alternativa correta.

(A) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, de forma incondicionada, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

(B) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação estará sempre extinto, não podendo, assim, passar ao cônjuge, ao ascendente, ao descendente ou ao irmão.

(C) Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação se não o exercer dentro do prazo de um ano, contado, como regra geral, do dia em que registrar a ocorrência policial.

(D) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

(E) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é privada.

8. IADES - SOLD (PM PA)/PM PA/FEMININO/2021
Assunto: Critério de Fixação de Competência

Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á

(A) pelo domicílio ou pela residência do réu.

(B) perante a comarca na qual se produziu a maior repercussão pública ou social.

(C) pelo domicílio ou pela residência do ofendido.

(D) pela prevenção.

(E) segundo o livre critério da autoridade policial.

- (C) legal, pois se trata de um crime instantâneo, portanto, como a consumação não se prolonga no tempo, não é possível o flagrante delito a qualquer momento.
- (D) legal, pois se trata de um crime permanente, portanto, como a consumação se prolonga no tempo, é possível o flagrante delito a qualquer momento.
- (E) ilegal, pois se trata de um crime instantâneo, portanto, como a consumação não se prolonga no tempo, não é possível o flagrante delito a qualquer momento.

14. IADES - ALUN OF (PM PA)/PM PA/2021

Assunto: *Habeas Corpus* (arts. 647 a 667 do CPP)

Em relação ao instituto do *habeas corpus* (HC), assinale a alternativa correta.

- (A) Dar-se-á HC sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, inclusive nos casos de punição disciplinar militar.
- (B) A concessão do HC põe termo, automaticamente, ao respectivo processo.
- (C) O HC poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público, mas a sua análise meritória está condicionada pela legislação processual brasileira ao recolhimento das respectivas custas e despesas processuais.
- (D) A decisão no julgamento do HC será tomada por maioria de votos e, em caso de empate, prevalecerá a decisão mais favorável ao paciente.
- (E) Se o HC for concedido em virtude de eventual nulidade do processo, este não poderá ser renovado.

15. IADES - AG SGPE (DGAP GO)/DGAP GO/2019

Assunto: *Habeas Corpus* (arts. 647 a 667 do CPP)

O *habeas corpus* é uma garantia constitucional em que se obtém, por meio da ação, uma ordem escrita tutelando a liberdade de locomoção, o direito de ir e vir, e de não ser preso. Acerca do *habeas corpus*, assinale a alternativa correta.

- (A) Pode ser paciente qualquer pessoa natural ou jurídica.
- (B) É medida que tutela o direito de permanecer, de ir e vir e de não ser preso em nenhuma situação.
- (C) É medida que protege direito líquido e certo.
- (D) É medida que tutela o direito de permanecer, de ir e vir e de não ser preso.
- (E) É medida que tutela o direito patrimonial, mesmo quando por ordem de autoridade judiciária incompetente.

16. IADES - SOLD (PM DF)/PM DF/COMBATENTE/2018

Assunto: *Habeas Corpus* (arts. 647 a 667 do CPP)

Com relação ao *habeas corpus*, conforme a legislação processual penal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O analfabeto não pode impetrar *habeas corpus* em favor de irmão que foi preso.
- (B) Contra a imposição de pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública cabe *habeas corpus*.
- (C) Como regra, a natureza jurídica do *habeas corpus* é de um recurso *suis generis*.
- (D) Contra a exclusiva aplicação de pena de multa cabe *habeas corpus*.
- (E) O *habeas corpus* é uma ação legítima para o trancamento de inquérito policial quando não houver justa causa para o exercício deste.

GABARITO

1	B
2	D
3	C
4	E
5	C
6	D
7	D
8	D
9	E
10	D
11	C
12	A
13	D
14	D
15	D
16	E

ANOTAÇÕES

da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica, assim como da autenticidade ou da falsidade de documento.

(E) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, mesmo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.

5. IADES - ANA (APEX)/APEXBRASIL/JURÍDICO/2018
Assunto: Da Capacidade Processual (arts. 70 a 76)

No que tange à representação ativa e passiva em juízo, assinale a alternativa correta.

(A) A pessoa jurídica estrangeira será representada pelo seu presidente, que deverá ser citado mediante procedimento de carta rogatória.

(B) A massa falida será representada pelo credor mais graduado na ordem de preferência creditória.

(C) As entidades com natureza de serviço social autônomo serão representadas pelo seu gerente de contencioso judicial.

(D) A pessoa jurídica será representada por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores.

(E) O gerente de filial ou agência deve estar expressamente autorizado pela pessoa jurídica estrangeira a receber citação e intimação para qualquer processo, sob pena de nulidade do ato.

6. IADES - ANA (APEX)/APEXBRASIL/JURÍDICO/2018
Assunto: Da Capacidade Processual (arts. 70 a 76)

No que se refere à capacidade processual, assinale a alternativa correta.

(A) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz julgará antecipadamente a lide e aplicará multa por má-fé processual a quem deu causa à irregularidade.

(B) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

(C) Caso a incapacidade processual ou irregularidade da representação não seja suprida no prazo fixado pelo juiz, o réu será citado por edital e condenado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.

(D) O réu não será considerado revel, ainda que tenha descumprido a determinação do juiz para regularizar a própria representação processual, em razão do princípio da boa-fé objetiva.

(E) Caso a incapacidade processual ou a irregularidade da representação não sejam sanadas pelo recorrido, em grau recursal, o relator conhecerá das contrarrazões apresentadas, em razão do princípio do duplo grau de jurisdição.

7. IADES - ANA (HEMOCENTRO DF)/HEMOCENTRO DF/DIREITO E LEGISLAÇÃO/2017
Assunto: Do Litisconsórcio (arts. 113 a 118)

No que concerne ao regime jurídico do litisconsórcio, assinale a alternativa correta.

(A) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será inexistente, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.

(B) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será ineficaz, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.

(C) O litisconsórcio será necessário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

(D) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio facultativo, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.

(E) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença. Trata-se da figura do litisconsórcio multitudinário. Segundo o NCPC, o requerimento de limitação interrompe o prazo para manifestação ou resposta, que começará da intimação da decisão que o solucionar.

8. IADES - ADV I (CREMEB)/CREMEB/2017
Assunto: Do Litisconsórcio (arts. 113 a 118)

Em relação ao litisconsórcio, assinale a alternativa correta.

(A) O litisconsórcio passivo unitário é aquele em que a decisão de mérito pode atingir de modo diferenciado os litisconsortes.

(B) O litisconsórcio facultativo não pode ser dispensado, mesmo com acordo geral entre as partes.

(C) Somente é possível o estabelecimento de litisconsórcio quando houver comunhão de direitos ou de

5. IADES - ANA SUP (CFQ)/CFQ/GERAL/2021

Assunto: Competências e habilidades do administrador

As habilidades empáticas representam atualmente um ativo indispensável para o desenvolvimento dos relacionamentos interpessoais no ambiente organizacional. O gestor pode desenvolvê-las a partir do treinamento de quatro habilidades básicas: a habilidade de iniciar, manter e encerrar a conversação; a habilidade de fazer pedidos e de responder a pedidos; a habilidade de pedir a alguém para mudar o comportamento; e a habilidade de responder a críticas e fazer e receber elogios. Com base nesse assunto, assinale a alternativa que apresenta as características do desenvolvimento das habilidades de fazer pedidos e de responder a pedidos.

- (A) Desenvolve a capacidade de gerar reforçadores sociais que estimulam a ocorrência de comportamentos positivos.
- (B) Sugere “processos defensivos” ou de “proteção” para lidar com manifestações injustas de caráter ofensivo.
- (C) Facilita o desenvolvimento de relações duradouras por meio da troca respeitosa de informações com opiniões divergentes.
- (D) Propicia a escuta do ponto de vista do outro, evitando, assim, acusações desnecessárias.
- (E) Oferece aos indivíduos o senso de controle sobre a própria vida, uma vez que podem responder pelas respectivas decisões.

6. IADES - ASS ADM (CAU RO)/CAU RO/2018

Assunto: Processo organizacional e funções administrativas

Assinale a alternativa que descreve a função administrativa de organizar.

- (A) Inclui atividade gerencial que envolve liderança, comunicação e motivação.
- (B) Compreende os meios de que a organização necessita para pôr em prática o planejamento elaborado e para o desempenho das demais funções administrativas.
- (C) Equivale a apoiar a transformação das estratégias em projetos e a propor técnicas para a respectiva gestão/gerenciamento.
- (D) Refere-se a algo de execução única, não rotineira, com tempo de execução determinado, que envolve o dispêndio de esforços e recursos para se promover uma mudança ou criar algo totalmente novo.

(E) Corresponde a assegurar que o planejado, o organizado e o dirigido sejam executados em conformidade com o determinado, visando ao alcance dos objetivos.

7. IADES - TDFA (SEAGRI DF)/SEAGRI DF/AGENTE ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Eficiência, eficácia e efetividade

A eficiência é um princípio da administração de recursos, parâmetro básico de mensuração e de avaliação de desempenho. Dois critérios específicos devem ser considerados, de forma isolada, para avaliação da eficiência. São eles

- (A) inteligência e qualidade.
- (B) inteligência e produtividade.
- (C) produtividade e qualidade.
- (D) flexibilidade e produtividade.
- (E) qualidade e velocidade.

8. IADES - AUX ADM (CRN1 DF)/CRN 1 DF/2021

Assunto: Eficiência, eficácia e efetividade

Um dos objetivos da administração pública é melhorar o desempenho das organizações públicas por meio dos princípios da eficácia, da eficiência, da efetividade, da equidade e da economicidade. Quanto mais alto o grau de realização dos objetivos e das metas, mais a organização se torna

- (A) efetiva.
- (B) eficaz.
- (C) eficiente.
- (D) econômica.
- (E) equitativa.

9. IADES - ASS ADM (CRF TO)/CRF TO/2019

Assunto: Eficiência, eficácia e efetividade

Em relação ao conceito de eficiência, é correto afirmar que se trata de medida de desempenho organizacional que

- (A) mensura o nível de alcance dos objetivos organizacionais.
- (B) avalia as variações na valorização financeira da composição acionária ou patrimonial da organização.
- (C) avalia o posicionamento da organização no mercado em comparação com o desempenho de organizações concorrentes ou similares.
- (D) avalia o grau de satisfação no trabalho do público interno da organização.
- (E) avalia a relação entre recursos aplicados e resulta-